



CIRCULAR 01/2015

ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2015 (Lei nº 82º-B) – ALTERAÇÕES AO CIRC (Lei nº 82º-C) – FISCALIDADE VERDE (Lei nº 82º-D) – REFORMA DO IRS (Lei nº 82º-E)

Lisboa, 29 de janeiro de 2015

Estimados clientes:

Mais uma vez, estamos naquela altura do ano em que temos de “perder” alguns minutos para ganhar mais alguns conhecimentos.

Este ano, o pacote legislativo inclui quatro diplomas; para além do tradicional Orçamento de Estado (OE) para 2015, temos ainda uma lei que introduz alterações ao Código do IRC, a lei da Fiscalidade Verde e ainda a Reforma do IRS que, tal como aconteceu há um ano atrás com a Reforma do IRC, fica de fora do orçamento e justifica um diploma à parte.

A propósito do CIRC, como devem estar lembrados, saiu o diploma em 16/01/2014 e face ao consenso entre vários partidos seria para durar 10 anos, indo ao encontro da necessidade de estabilidade legislativa que os empresários e investidores tanto anseiam. Pois bem, não durou 365 dias. Imaginem o que esperar da Reforma do IRS que nem consenso gerou na Assembleia da República.

Antes de avançarmos, fica aqui o repto de os meus amigos lerem com muita atenção este documento pela importância que tem na gestão das vossas empresas. (Ler este trabalho também vos faz ganhar dinheiro!)

Esta circular tem duas “etapas”, a circular propriamente dita que resume as três primeiras matérias supra mencionadas e uma adenda que resume a reforma do IRS. Pensamos que é o melhor método para difundir pelos nossos clientes as novidades legislativas deste início de ano.

OE 2015

- Sobretaxa

Mantém-se a sobretaxa em IRS com a novidade de haver um crédito fiscal dependente da evolução (cumprimentos das metas) das receitas de IRS e IVA.

- Taxa de IRC

A taxa de IRC baixa para 21%, como já estava recomendado pela comissão da Reforma do IRC. A intenção é a taxa situar-se entre 17% e 19% num futuro próximo.

- Obrigações em geral

Passa a prever-se que quem faça um acto isolado possa emitir factura pelo Portal das Finanças quando se trate de uma transmissão de bens. Até aqui, essa possibilidade só abrangia prestações de serviços. (Funcionalidade do Portal das Finanças ainda não está disponível, à data da elaboração desta circular).

- Regime de bens em circulação

Alargamento do conceito de remetente de bens.

- Comunicação dos elementos das facturas

A comunicação das facturas por ficheiro passa a incluir os elementos dos documentos de conferência de entrega de mercadorias ou da prestação de serviços (exº: consulta de mesa no sector da restauração).

Foi prolongado por mais um ano a hipótese de comunicação global da facturação com a inserção das facturas que têm o NIF. Esta hipótese foi criada provisoriamente em 2013 e sucessivamente prorrogada.

- Comunicação dos inventários

Até 31/01, em ficheiro xml ou csv, só com as quantidades e a descrição dos bens e unidade de medida (mantém-se a necessidade do inventário valorizado com preços de custo sem iva e respectivo total, para a contabilidade poder fazer o encerramento das contas do exercício). A comunicação é obrigatória para sujeitos passivos com volume de negócios igual ou superior a 100.000€. A coima mínima é de 200€.

- Código do Imposto de Selo (CIS): contratos de arrendamento

Este documento é propriedade da Saturno e destina-se aos seus clientes. Qualquer reprodução fica proibida excepto se devidamente autorizada.

Além dos contratos de arrendamento, subarrendamento e respectivas promessas, bem como as suas alterações que já tinham de ser comunicadas à AT, passa a ser obrigatório a comunicações das cessações de contratos.

A comunicação passa a ser realizada em declaração modelo oficial, deixando-se de entregar o contrato escrito (alterações a partir de 1/04/2015).

- CIMI: cadernetas prediais

Os sujeitos passivos que são obrigados a possuir a Caixa Postal Electrónica (CPE) apenas podem obter a caderneta predial por via electrónica.

- CIMI: taxas

Os municípios podem fixar uma redução da taxa conforme o número de dependentes; essa redução varia entre os 10% e os 20%.

- CIMI: empresas de água, luz e telefone

Estas empresas passam a comunicar à AT todos os trimestres (era 2 x ao ano) os contratos feitos. Presume-se que seja para controlar os contratos de arrendamento.

- EBF: Mecenato Cultural

Fica autonomizado em artigo próprio o Mecenato Cultural, saindo do artº 62º para o novo artº 62º-B. É aumentada a majoração em 10 pontos percentuais (os casos mais comuns passam para 30%).

- RGIT: Não organização da contabilidade

A não organização da contabilidade de acordo com o SNC ou o atraso na execução passa a ter uma coima mínima de 200€ (e máxima de 10.000€) e é considerada uma infracção grave.

- Código Contributivo: CPE (Caixa Postal Electrónica)

Passam a estar abrangidos pela CPE todos os trabalhadores independentes. Até 31/12/2014 a obrigação era apenas para os que estavam, pelo menos, no 3º escalão.

- Código Contributivo: Base de incidência contributiva

Os passes sociais passam a estar abrangidos pelos descontos de segurança social.

ALTERAÇÕES AO CIRC

- Sociedades de Transparência Fiscal

As alterações ocorridas em 2014 eram afastadas caso a sociedade não cumprisse os requisitos em pelo menos um dia do ano. Para 2015, alterou-se o texto para abranger as sociedades que cumpram os requisitos durante mais de 183 dias (ver nossa Circular 01/2014, página 3, para mais informações).

- Taxas de Tributação Autónoma (em sede de IRC)

Aqui está a grande novidade e de grande importância para os “cofres” das empresas. Recomendamos especial atenção neste assunto. A este assunto, voltaremos mais tarde, quando abordarmos a Fiscalidade Verde.

Passam a estar abrangidas pela tributação autónoma algumas viaturas ligeiras de mercadorias. Até aqui tínhamos que apenas motos/motociclos e viaturas ligeiras de passageiros é que estavam sujeitas a esta taxa. Para determinar quais as viaturas de mercadorias é preciso analisar com muito cuidado o Código do Imposto sobre Veículos (CISV) e trata-se de matéria algo confusa. Serão as viaturas a que são aplicadas a taxa normal do ISV, na altura da aquisição (ver artº 7º nº 1 alínea b) do CISV). Parece que o legislador pretende tributar as viaturas ligeiras de mercadorias que são “parecidas” (em termos de aparência) com as viaturas de passageiros, ou seja, o vulgar comercial de dois lugares passa a ter tributação autónoma! (Nota pessoal: parece que temos todos de andar de bicicleta)

Assim, podemos resumir as viaturas sujeitas a tributação autónoma:

- Automóveis ligeiros de mercadorias, de caixa fechada, com lotação máxima de três lugares, incluindo o do condutor, e altura interior da caixa de carga inferior a 120 cm;
- Automóveis ligeiros de mercadorias, de caixa fechada, com lotação máxima de três lugares, incluindo o do condutor, e tração às quatro rodas, permanente ou adaptável.

FISCALIDADE VERDE

- CIRS: Taxas de Tributação Autónoma

No IRS este capítulo é mais restrito do que no IRC. Em 2014 existiam apenas duas taxas, uma de 10% e outra de 20%, consoante o valor de aquisição da viatura fosse inferior ou igual ou superior a 20.000€.

A partir de 2015 temos mais quatro taxas, 5% e 10% para as viaturas híbridas plug-in e 7,5% e 15% para viaturas movidas a GPL ou GNV.

- CIRC: Taxas de Tributação Autónoma

No CIRC, em vez de termos mais quatro taxas como acontece no CIRS, temos mais seis (já existia três, como devem recordar de anteriores circulares)!

Em termos de custo de aquisição mantém-se os três grupos: inferior a 25.000€, entre 25.000€ e 35.000€ e igual ou superior a 35.000€. Recordo o que se disse anteriormente, algumas viaturas ligeiras de mercadorias passam a integrar este grupo.

Agora, o legislador criou mais duas divisões, à semelhança do que dissemos no ponto atrás. Criou as taxas de 5%, 10% e 17,5% para as viaturas híbridas plug-in (são as viaturas híbridas que podem ser carregadas directamente à tomada eléctrica) e as taxas de 7,5%, 15% e 27,5% para as viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV.

- Portaria nº 467/2010 de 7 de julho: Custo de aquisição de veículos

Foram alterados os limites para depreciação de viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, tendo sido fixados os seguintes montantes:

- a) 62.500€ relativamente a veículos movidos exclusivamente a energia eléctrica;
- b) 50.000€ relativamente a veículos híbridos plug-in;
- c) 37.500€ relativamente a veículos movidos a GPL OU GNV;
- d) 25.000€ relativamente às restantes viaturas.

Exemplo: aquisição de uma viatura ligeira de passageiros em 2015 por 40.000€. Se for de combustão ou híbrida apenas as reintegrações até 25.000€ euros contam para efeitos fiscais (acrescentando-se no modelo 22 a diferença); mas, se a mesma viatura for exclusivamente eléctrica ou híbrida plug-in, as reintegrações contam na sua totalidade pois está abaixo dos 62.500€/50.000€, neste caso o custo contabilístico é igual ao custo fiscal.

- CIVA: exclusões do direito à dedução

Passa a ser possível deduzir o iva relativo à aquisição/transformação de viaturas eléctricas ou híbridas plug-in em 100% e apenas em 50% se tratar de viaturas a GPL ou GNV, desde que o custo de aquisição não exceda o valor da portaria atrás referida. Atenção que, para as restantes despesas (exº reparações), continua a não se poder deduzir o iva.

- EBF: Medidas de apoio ao transporte rodoviário de passageiros e de mercadorias

Os gastos suportados com a aquisição em território português, de electricidade, GNV ou GPL para abastecimento de veículos são dedutíveis em 130% ou 120%, para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de IRC e de IRS.

- EBF: Outras medidas

Também foi criado benefícios para o car-sharing, bike-sharing e frotas de velocípedes mas não vamos aprofundar.

- Contribuição sobre os sacos de plástico leves

Foi criada uma contribuição de 0,08€ sobre cada saco de plástico leve. O encargo reverte para o adquirente final, devendo os agentes económicos repercutir esse encargo no preço do saco.

O valor da contribuição é obrigatoriamente discriminado na factura. Isto é muito importante pois para a contabilidade tem de estar evidenciado essa contribuição sob pena de graves prejuízos para a empresa. Ou seja, os relatórios de vendas devem ter essa parcela separada de tudo o resto (como por exemplo acontece com o tabaco ou a venda de pão nas empresas de restauração).

A contribuição tem de ser paga até ao dia 15 do segundo mês seguinte ao fim de cada trimestre.

Os sujeitos passivos devem comunicar à AT, até ao final do mês de janeiro de cada ano, os dados estatísticos referentes às quantidades de sacos de plástico leves adquiridos e distribuídos no ano anterior.

A contribuição não é um custo aceite fiscalmente pelo que se o sujeito passivo não quiser cobrar esse valor ao seu cliente terá um duplo custo, suporta esse gasto e irá pagar IRC/IRS sobre esse gasto.

Conclui-se a apresentação das três grandes matérias: o Orçamento de Estado, as alterações ao Código do IRC e a Fiscalidade Verde. Em adenda far-se-á a apresentação da Reforma do IRS.

Esperamos que, com este trabalho, V.Exas. fiquem devidamente informados do pacote legislativo de final de ano e que terá bastante impacto no futuro das pessoas e das empresas.

Obrigado pela atenção dispensada nesta leitura e como habitual não dispensa a consulta da própria legislação.

Bons negócios!

Com os melhores cumprimentos.

A.Pereira



ADENDA À CIRCULAR 01/2015

REFORMA DO IRS (Lei nº 82º-E)

- Regras gerais

Gostaríamos de informar nesta rubrica que os prazos de permanência que existiam em sede de IRS terminam (exº regime simplificado, tributação pelas regras da categoria A). Também foram alterados os prazos de entrega das declarações. O englobamento dos rendimentos volta a ser feito categoria a categoria, deixando o regime que vigorou em 2013 e 2014 que obrigava a englobar todos os rendimentos das diversas categorias quando se queria englobar uma determinada categoria.

- Artº 8º: Rendimentos da categoria F

Passa a existir a opção pela tributação no âmbito da categoria B dos rendimentos prediais, em vez de ser na categoria F. (nota pessoal: não recomendamos)

- Artº 13º: Sujeito passivo

Aqui existe uma verdadeira reforma pois há uma alteração substancial da filosofia da tributação. Até aqui a regra, para os agregados familiares, era a tributação conjunta. Agora, é o contrário, a regra é a tributação individual podendo ser exercida a opção pela tributação conjunta. Esta opção só pode ser exercida se a declaração de IRS entrar dentro dos prazos legais e é exercida ano a ano.

Em relação aos dependentes, mantém-se os 25 anos de idade mas a boa notícia é que já não precisam de estar a estudar. Os afilhados civis passam a ser também dependentes.

- Artº 16º: Residência

Passa a existir o conceito de residência parcial, pelo que um sujeito passivo pode, no mesmo ano, ser considerado residente numa parte do ano e não residente na parte restante desse ano.

- Artº 31º: Regime simplificado

Introduzido o coeficiente de 0,35 para rendimentos de prestações de serviços das actividades não especificamente previstas na tabela anexa ao CIRS (profissões).

Foi também criado um incentivo que consiste na redução dos coeficientes aplicáveis às prestações de serviços, em 50% no primeiro ano de actividade e 25% no segundo. Esta redução não pode ser aplicada se o contribuinte obter em simultâneo rendimentos da categoria A ou H ou que tenham cessado a actividade há menos de 5 anos.

- Artº 41º: Deduções (categoria F – prediais)

Aqui há uma grande notícia relativo às despesas que podem ser consideradas para efeito de determinação do rendimento predial. Até aqui, o sujeito passivo estava muito limitado à apresentação das despesas, sendo aceites apenas as que estavam textualmente na lei.

Agora, podem ser deduzidos todos os gastos efectivamente suportados e pagos pelo sujeito passivo para obter os rendimentos, com excepção dos gastos de natureza financeira, das depreciações e dos relativos a mobiliário, electrodomésticos e artigos de conforto ou decoração. (por exemplo, passam a ser permitidos as despesas com os certificados energéticos, as comissões pagas pelo arrendamento ou as despesas de limpeza).

Podem ainda ser deduzidos os gastos suportados e pagos nos 24 meses anteriores ao início do arrendamento relativo a obras de conservação e manutenção do prédio (para gastos a partir de 1/01/2015).

- Artº 60º: Prazo de entrega das declarações

Deixa de haver prazos distintos se a declaração for entregue por papel ou se pela internet. A categoria A e H tem o prazo de 15/3 a 15/4 e as restantes categorias têm o prazo de 16/4 a 16/5.

- Artº 72º: Taxas especiais

As pensões de alimentos passam a ser tributadas autonomamente à taxa de 20%.

- Artº 78º e seguintes: Deduções à colecta

Nesta rubrica vamos concentrar alguma atenção pois as alterações parecem-nos de grande importância.

Foi criada uma dedução à colecta de 35% do valor suportado em aquisições de bens e prestações de serviços desde que constem de facturas com o número de contribuinte e comunicadas ao portal e-fatura, com o limite de 250€ por cada sujeito passivo.

As pessoas singulares que sejam sujeitos passivos de iva apenas podem beneficiar das deduções à colecta relativamente às facturas que titulam aquisições fora do âmbito da sua actividade empresarial/profissional. Assim devem estes contribuintes, periodicamente, entrar no portal e-fatura e corrigir as situações pendentes.

O valor das deduções à apurado pela AT até ao dia 15/2 do ano seguinte, disponibilizando no Portal das Finanças o montante das deduções à colecta até ao final do mês de fevereiro. Pode o contribuinte reclamar deste apuramento até ao dia 15 de março.

Chamamos a atenção que o contribuinte não terá de (não poderá!) incluir estas despesas na sua declaração de IRS, pois o apuramento é automático – se está no portal e-fatura vai estar na declaração mas se não está lá, também não vai estar na declaração. Daí a importância do NIF na factura. E isto é válido para todas as deduções à colecta.

Despesas de saúde: é dedutível um montante de 15% do valor suportado de despesas de saúde, relativo a serviços ou aquisições de bens, isentos de iva ou com taxa reduzida, com o limite de 1.000€. Deixa de ser possível deduzir despesas de saúde com iva à taxa normal mesmo que tenham receita médica. Mais uma vez, chamamos a atenção que só são válidas facturas com o NIF e comunicadas no portal.

Despesas de educação: é dedutível 30% do valor suportado desde que isentos de iva ou taxa reduzida, com o limite de 800€. Atenção que a aquisição de material escolar (cadernos, lápis, etc) com iva à taxa normal deixa de ser considerada despesa de educação, caindo no “bolo” das despesas gerais familiares (desde que tenha o NIF na factura, não nos cansamos de referir).

Dedução do iva das facturas: mantém-se esta dedução de 15% do iva suportado, com o limite global de 250€ por agregado familiar, para os seguintes sectores de actividade: manutenção e reparação de automóveis, manutenção e reparação de motociclos, alojamento e restauração e cabeleireiros e institutos de beleza.

Todas as deduções à colecta do IRS são automaticamente “carregadas” pelo portal e-fatura, mediante a comunicação dos agentes económicos das facturas emitidas com o NIF do contribuinte. Se a factura estiver registada no portal o contribuinte não precisa de guardar; se não estiver registada, o contribuinte pode registá-la mas terá de a guardar.

- Artº 115º: Emissão de recibos e facturas

Os titulares de rendimentos prediais (categoria F) passam a ser obrigados a emitir recibo de quitação em modelo oficial (através do Portal das Finanças). Em substituição desta nova forma, os senhorios caso queiram continuar a emitir os mesmos

recibos que até aqui têm feito, têm uma nova obrigação de, até ao fim de janeiro de cada ano, fazer uma declaração de modelo oficial, relativo ao ano anterior, que discrimine esses rendimentos.

- Artº 119º: Comunicação de rendimentos e retenções

A AT resolveu antecipar o prazo para envio da modelo 10 de fevereiro para o mês de janeiro, pelo que se prevê graves problemas na execução atempada da contabilidade de modo a ter esta declaração pronta antes do fim de janeiro. Consideramos muito mais sensato o prazo actual do mês de fevereiro e mesmo assim, exigia aos gabinetes de contabilidade um esforço na sua concretização. A nosso ver, pensamos que os clientes, provavelmente terão de entregar a documentação mensal em tempo recorde!

FIM DO TRABALHO.